

Governo não obtém êxito na Eletrobrás

Rio — Acabou frustrada a tentativa da equipe econômica do Governo de intervir na Eletrobrás através da nomeação do secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, para o Conselho de Administração e do subchefe do Departamento Rio do Banco Central, Cláudio Carvalho Dias, para a diretoria financeira da estatal, indicados para os cargos durante a assembléia extraordinária realizada na última quarta-feira.

A intenção da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e do ministro da Infra-Estrutura, Eduardo Teixeira, era começar a colocar pessoas de confiança na administração da empresa, e sobretudo no setor financeiro, para tentar resolver a interminável cadeia de inadimplências entre as empresas do setor elétrico, sistematicamente acobertada por sucessivas diretorias que não mostram qualquer disposição para resolver o problema. Mas durante a tumultuada assembléia de quarta-feira, os dois assuntos em pauta — distribuição de dividendos e eleição de novos membros do Conselho — sequer foram votados e a presidência da estatal também não marcou nova reunião para concluir a pauta.

No setor elétrico, dever à Eletrobrás e as suas subsidiárias virou regra e a exceção é pagar. Todas as concessionárias estaduais não pagam a energia elétrica que compram da estatal, repassam e cobram dos consumidores nas contas de luz e suas dívidas acumuladas já chegam a um bilhão de dólares (cerca de Cr\$ 250 bilhões, pelo câmbio comercial).

Dessa forma, a Eletrobrás e subsidiárias têm sua receita subtraída e não geram recursos para sustentar investimentos vitais para o País. A falta de solução para esse problema já afetou o único investimento do setor elétrico que o governo Collor decidiu tocar — a Usina Hidrelétrica de Xingó, cujas obras estão paralisadas por falta de recursos. Além de umas poucas ações na justiça sem solução de curto prazo, as direções da Eletrobrás e das subsidiárias nada têm feito para resolver o problema.

Assembléia tem final infeliz

A equipe econômica — em combinação com o ministro Eduardo Teixeira — tentou aplicar o primeiro tombo na direção da Eletrobrás, indicando o secretário João Maia (segundo na hierarquia do Ministério da Economia) e Cláudio Carvalho Dias, técnico do Banco Central no Rio, para ocuparem cargos de direção na estatal. A assembléia para confirmar essas indicações, contudo, terminou em tumulto.

A confusão começou com a discussão sobre o primeiro item da pauta da assembléia — a eleição do novo Conselho. O presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira, propôs a eleição de mais três diretores, além do funcionário do BC: seu chefe de gabinete, Wilson de Souza, o diretor das Centrais Elétricas de São Paulo, Lindolfo Paixão, e um representante da empreiteira Camargo Correia. O representante da União (acionista majoritário) na assembléia, Helio Gil, da Procuradoria-Geral da Fazenda, não concordou com a proposta, porque recebeu instruções da equipe econômica para votar apenas em João Maia e Cláudio Carvalho Dias.

O bate-boca ficou mais acirrado quando o advogado Coriolano Berardo, brandindo procuração da prefeita de Cornélio Procopio (MG), defendia seu próprio nome para representar os acionistas minoritários no Conselho da empresa, cargo até hoje ocupado pelo general Costa Cavalcanti, ex-ministro do Interior do governo Médici e ex-presidente da Usina de Itaipu na gestão Geisel.

No segundo item o desentendimento foi mais grave. Sem consultar a Procuradoria da Fazenda, que representa a União junto às estatais, o Conselho da Eletrobrás deliberou há um mês distribuir dividendos entre os acionistas, sob o argumento de que dessa forma a empresa poderia captar recursos no mercado de ações, para realizar seus investimentos.

Acontece que os dividendos tinham por base um lucro meramente contábil, forjado em débitos a receber, já que o desempenho financeiro real foi negativo no ano passado.

sentante da União